

Senado vê reforma administrativa

O presidente José Sarney encaminhou ontem ao Senado o projeto de reforma administrativa do GDF, que dispõe sobre a organização da administração do Distrito Federal, acompanhado de exposição de motivos do governador José Aparecido. O secretário de Assuntos Econômicos e Reforma Administrativa, Arlécio Gazal, disse que as mudanças previstas trarão uma economia de cerca de Cz\$ 800 milhões (valor de maio), não incluído o montante auferido com a privatização de empresas.

De acordo com o secretário, o projeto foi elaborado de forma a modernizar a máquina administrativa do Governo, reorganizando-a para adaptá-la a padrões mais modernos de ges-

tão, ajustando-a às demandas ampliadas da população.

Gazal explicou que outras reformulações no projeto definitivo conferem autonomia plena às administrações regionais e possibilidade de os servidores optarem pela tabela de classificação profissional nas administrações regionais. Prevê ainda a obrigatoriedade de 80 por cento dos cargos de chefia serem ocupados por servidores do quadro do GDF.

A administração direta passará a ter uma Governadoria, integrada pelos Gabinetes Civil e Militar, Procuradoria Geral e Auditoria Geral. Contará também com 13 Secretarias de Estado. As pastas de Viação e Obras e Serviços Públicos serão fundidas sob a denominação, Desenvolvimento

Urbano, assim como as Secretarias de Habitação e Serviço Social. Cria também a de Transportes e Implementação do Metrô. A de Governo passará a ser de Planejamento, e a de Finanças será transformada em Secretaria da Fazenda.

O projeto extingue cinco fundações (Educação, Cultural, Serviço Social, Zoobotânica e Hospitalar) e mantém a de Amparo ao Trabalhador Preso. As administrações regionais serão responsáveis pela execução de funções atribuídas pelas secretarias. Cada uma terá órgãos locais que, sob a orientação normativa e controle dos órgãos centrais, mas subordinadas hierarquicamente ao administrador, executarão as atividades de forma regionalizada.